

DESENVOLVIMENTO INFANTIL E O AMBIENTE INSTITUCIONAL – EXPERIÊNCIA COM BEBÊS ABRIGADOS

*Cristina dos Santos Cardoso de Sá**
Andrea Perosa Saigh Jurdi
Sara Del Prete Panciera

RESUMO

O desenvolvimento infantil não depende exclusivamente da criança; a esse processo estão incorporados aspectos biológicos, relacionais, contextuais e culturais. Nessa perspectiva o ambiente passa a ter importância considerável no processo de desenvolvimento, crescimento e amadurecimento do indivíduo. Este estudo objetivou relatar a experiência problematizando o acolhimento institucional e sua relação com o desenvolvimento de bebês. Participaram estudantes dos cursos de fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, nutrição e serviço social, que elaboraram uma proposta de intervenção por meio de oficinas lúdicas, em parceria com uma instituição de acolhimento situada no município de Santos, partindo do princípio de que o brincar é uma área interdisciplinar, assim como, o desenvolvimento infantil. As oficinas lúdicas ocorreram uma vez por semana, a partir de um processo prévio de análise da instituição, da rotina dos bebês e da fase do desenvolvimento em que estavam. Os resultados revelam a condição do ambiente encontrado e sua relação no cuidado, e o brincar e sua ação.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil. Crianças sem lar. Cuidado à criança.

INFANT DEVELOPMENT AND THE INSTITUTIONAL ENVIRONMENT – EXPERIENCE WITH INFANTS IN CARE

ABSTRACT

Child development does not depend exclusively on the child, since this process involves other biological, relational, contextual, and cultural aspects. From this perspective, the environment has considerable importance in the process of development, growth, and maturation of the individual. This study investigates institutional care and its relation to the development of infants. The participants were students of physiotherapy, psychology, occupational therapy, nutrition, and social work courses, who elaborated a study involving play workshops, in partnership with a care institution located in the municipality of Santos. The approach adopted was that play is an interdisciplinary area, as also is child development. Play workshops, held once a week, were based on prior analysis of the institution, the routine of the infants, and their developmental stage. The results provided

* Doutorado em Neurociências e Comportamento (USP). Departamento de Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP. Contato: cristina.sa@uol.com.br.

information about the condition of the environment and its relation to care as well as to play and its effects.

Keywords: Infant development. Homeless children. Child care.

EL DESARROLLO DEL NIÑO Y EL ENTORNO INSTITUCIONAL - EXPERIENCIA CON BEBÉS PROTEGIDOS

RESUMEN

El desarrollo infantil no depende sólo del niño, en este proceso se incorporan aspectos biológicos, relaciones contextuales y culturales. En esta perspectiva, el medio ambiente es considerada importante en el proceso de desarrollo, del crecimiento y de la madurez de la persona. Este estudio describe la experiencia de cuestionar la atención institucional y la relación de la misma con el desarrollo de los bebés. Los estudiantes participaron de cursos de fisioterapia, psicología, terapia ocupacional, nutrición y trabajo social, elaboraron una propuesta de intervención a través de talleres de juego en colaboración con un centro de acogida en el municipio de Santos, suponiendo que el juego es un área interdisciplinar así como el desarrollo del niño. Talleres lúdicos se llevaron a cabo una vez por semana, a partir de un proceso previo de análisis de la institución, de la rutina de los bebés y de la etapa de desarrollo en que estaban. Los resultados ponen de manifiesto la condición del medio ambiente y su relación se encuentra en la atención, el juego y la acción.

Palabras clave: Desarrollo de los niños. Los niños sin hogar. Cuidado del niño.

INTRODUÇÃO

Ao falarmos sobre bebês abordamos o desenvolvimento infantil e nos dedicamos a pensar não apenas no indivíduo, mas na díade indivíduo – ambiente ([TECKLIN, 2002](#); [ROSSETTI-FERREIRA, 2011](#)). Para Tecklin o desenvolvimento infantil não depende exclusivamente da criança. É preciso incorporar os aspectos biológicos, relacionais, contextuais e culturais. Nessa perspectiva o ambiente passa a ter importância considerável no processo de desenvolvimento, crescimento e amadurecimento do indivíduo ([CAÇOLA et al., 2015](#)).

Um dos autores que se destacam na leitura da relação mãe-bebê ou ambiente-bebê é o psicanalista inglês [Winnicott \(1990\)](#). Na teoria desenvolvida por ele os bebês encontram-se em fase de dependência absoluta e dependem do encontro com o outro humano para que possam sobreviver e se desenvolver. Assim, o conceito de ambiente fala de um indivíduo que nasce com aporte biológico que o conduzirá pela vida. Porém, essa tendência biológica se fará possível se o ambiente puder prover as necessidades do indivíduo. O ambiente, seja ele descrito como físico ou humano, é concebido nessa teoria como facilitador das tendências herdadas. No início, absoluto e depois relativamente importante, além de ser necessário, o ambiente pode enfraquecer e até interromper o amadurecimento dos recursos do bebê, se não for suficientemente bom.

Assim, no início da vida do bebê a unidade não é o indivíduo, mas o contexto ambiente-indivíduo. Nesse sentido, o ambiente ideal tem algumas características

essenciais. A primeira diz respeito à adaptabilidade, ou seja, o ambiente tem que se adaptar às necessidades mutáveis do bebê, em um processo dinâmico. A outra característica diz respeito à qualidade humana, uma vez que se faz necessário a presença do aspecto humano para o pleno desenvolvimento. Assim, prover a criança na saúde é prover o ambiente facilitador da saúde mental individual e o desenvolvimento emocional.

Na teoria winnicottiana o amadurecimento pessoal depende fundamentalmente de dois fatores: da tendência inata à integração e da existência contínua de um ambiente suficientemente bom. Ao definir a teoria do amadurecimento pessoal [Winnicott \(1990\)](#) esclarece que esta inclui a história total do relacionamento individual da criança até seu meio ambiente específico. Essa história não se refere apenas à compreensão do crescimento emocional do bebê, mas também nos leva à compreensão do crescimento emocional da pessoa que cuida desse bebê, ou seja, do ambiente responsável pelas condições facilitadoras para que o crescimento desse indivíduo se efetive. Nesse processo de vir a ser, o bebê necessita de um ambiente que lhe forneça condições de estabelecer laços sociais, de manter sua individualidade e sua singularidade nas ações coletivas. O cuidado com um indivíduo depende do que [Winnicott \(1990\)](#) chama de segurar – termo aqui interpretado de forma mais ampla, incluindo todo o manejo físico, desde que adaptado às necessidades infantis, o qual, com o processo de crescimento, leva à sustentação da família, e da sociedade que segura a família. Portanto, aqueles que esperam socializar a criança estão praticando o segurar.

Um dos aspectos da singularidade que os bebês apresentam é a forma de comunicação que estabelecem com o ambiente que lhe provê o cuidado. Sem ter domínio sobre a comunicação verbal, bebês entram em contato com o mundo por meio das sensações: cheiros, sons, corpo. Por isso, atos de confiabilidade humana estabelecem uma comunicação muito antes que o discurso signifique algo. Assim, o modo como a mãe olha quando se dirige ao seu bebê, o tom, o som de sua voz, tudo isso é comunicado antes que se compreenda o discurso ([WINNICOTT, 1990](#)).

Nessa fase de dependência absoluta o ambiente tem três funções importantes: o ato de apresentar objetos; o *holding* que se traduz pela sustentação e o *handling*, que é a manipulação do bebê em seus cuidados. Cada tarefa do ambiente corresponde a uma tarefa do bebê, isto é, ao apresentar o mundo ao bebê, este, por meio da exploração dos objetos com as mãos e a boca, balbucios, faz com que eles se configurem como experiências que são responsáveis pelas futuras relações com o mundo externo. Para [Lima et al.\(2008\)](#) falhas nessa função bloqueiam o desenvolvimento da capacidade criativa da criança e interferem no estabelecimento de suas relações com o mundo ao seu redor. A segunda função do ambiente, que se manifesta pelo *holding* – é tudo que o ambiente fornecerá ao indivíduo para a experiência de continuidade, de constância, tanto física, quanto psíquica. Essa função ambiental permitirá ao bebê integração no tempo e no espaço. A terceira tarefa do ambiente refere-se aos cuidados exercidos, tais como nas trocas de roupa, durante o banho, no aconchego do colo materno, no emalo, auxiliando-o na personalização ([JURDI, 2009](#)).

Nesse sentido o trabalho com bebês em situação de acolhimento precisa levar em consideração não apenas o desenvolvimento individual, mas também como o ambiente humano tem propiciado condições para que ele ocorra.

Trabalhos sobre os antigos orfanatos, sobre crianças abandonadas mostram uma realidade extremamente cruel e com consequências ao desenvolvimento dos bebês. Atrasos significativos, casos de autismo, produção de crianças com deficiência, os relatos

falam de uma realidade de institucionalização infantil que se quer acreditar, hoje está modificada ([PILOTTI & RIZZINI, 1995](#)).

A legislação que versa sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes tem se modificado nas últimas décadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza o abrigo como uma das medidas de proteção especial prevista no Art. 101. Essa medida teve o intuito de romper com a figura das instituições asilares para crianças e adolescentes. O abrigo passa a ser previsto nos casos de omissão, abuso ou extremada impossibilidade da família em cuidar de seus filhos, como uma medida provisória e excepcional, não implicando na privação de liberdade ([BRASIL, 1991](#)).

Porém o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes realizado pelo IPEA/CONANDA ([BRASIL, 2006](#)) mostrou que a institucionalização se mantém, ainda nos dias atuais, como caminho utilizado indiscriminadamente – e, muitas vezes, considerado o único possível – para a proteção da infância e da adolescência, demonstrando que o princípio da excepcionalidade da medida de abrigo, contemplado de maneira expressa pelo Art.101, do ECA, não vem sendo respeitado. A atenção à criança e ao adolescente brasileiro ficou circunscrita a um ideário de proteção que teve como consequência a construção de um modelo de assistência baseado na institucionalização e medicalização, gerando uma concepção não integradora da população infanto-juvenil ([JURDI & SCRIDELLI, 2014](#)).

De acordo com o estudo do IPEA/CONANDA, existem cerca de 20 mil crianças e adolescentes atendidos nas 589 instituições de acolhimento. Em 2009, a Lei 12.010, conhecida como a Nova Lei de Adoção, modernizou e organizou o sistema protetivo da criança e do adolescente, priorizando o direito à convivência familiar e comunitária e ressaltando a importância da história de vida a ser considerada no processo e ser acessível à criança ([BRASIL, 2009](#)). Além disso, a nova lei sugere mudança de nomenclatura de abrigo para instituição de acolhimento. Para [Nogueira \(2011\)](#), com a mudança está em jogo a transição no sistema de proteção, que deixa de ter a função de abrigar/assistir para assumir a tarefa de acolher (cuidar).

A realidade institucional ainda é um fator de preocupação e determinante para um desenvolvimento saudável. A situação das instituições de acolhimento ainda é precária, muitas com espaços físicos reduzidos, outras com carências financeiras importantes e outras, ainda, lidam com as dificuldades de montar um quadro de educadores qualificado para o trabalho. Além das necessidades apresentadas, há a percepção de que a instituição como ambiente coletivo e compartilhado não oferece a garantia para o desenvolvimento individual, com suas singularidades ([DAFRE, 2012](#)).

Especificamente em relação à situação dos bebês não é diferente. Um estudo realizado por [Moura & Amorim \(2013\)](#) refere que os bebês ainda são invisíveis nas formulações realizadas pelos órgãos oficiais que cuidam das políticas públicas e deliberam sobre a situação de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Segundo os autores, em uma revisão bibliográfica realizada a busca pela palavra “bebê” mostrou que este termo é pouco citado e a maioria dos estudos publicados refere-se a crianças maiores e a adolescentes.

Dada a importância de se pensar o desenvolvimento de bebês em situação de acolhimento e a produção de conhecimento na área, um grupo de docentes da Universidade Federal de São Paulo elaborou um projeto de extensão interdisciplinar que teve como foco o cuidado e a atenção a bebês e crianças em situação de acolhimento no município de Santos. Este artigo relata as ações realizadas no projeto de extensão,

problematizando o acolhimento institucional e sua relação como desenvolvimento de bebês.

Aspectos do cuidado a bebês em situação de acolhimento

No caso específico de bebês em situação de acolhimento institucional, há uma série de condições para que um bom desenvolvimento ocorra. [Daffre \(2012\)](#) cita a presença do educador envolvido diretamente com esses pequenos cidadãos. A outra condição é o ambiente físico, pela necessidade de espaços protegidos, adequados aos cuidados e que favoreçam a convivência e o brincar. Tanto quanto a alimentação, a atividade lúdica é essencial à constituição e ao desenvolvimento dos bebês.

Geralmente, os bebês chegam aos abrigos em uma situação de vulnerabilidade. Chegam, muitas vezes, angustiados, assustados, apresentando debilidades físicas, alguns prematuros. A pouca história de vida dos pequenos já mostra sinais de rupturas e situações de vida negativas em uma fase tão precoce do desenvolvimento que podem comprometer sua saúde física e mental.

[Daffre \(2012\)](#) relata que os primeiros momentos na instituição são emocionalmente difíceis, marcado pela separação da família e a chegada a um novo ambiente, constituído por pessoas desconhecidas. Para a autora, os estudos realizados mostram que o rompimento de laços familiares e o abandono desestabilizam a criança, produzindo reações que vão de transtornos físicos a reações de ansiedade, medo, dificuldade de contato e agressividade. Os bebês, quando padecem emocionalmente, sinalizam o sofrimento por meio dos sintomas físicos.

Nesse contexto, o papel do educador e o da estrutura de um ambiente que acolha e cuide desse sofrimento é essencial para que o bebê retome seu processo de desenvolvimento de forma mais saudável possível.

MÉTODO

No projeto de extensão da Universidade Federal de São Paulo – campus Baixada Santista elaboramos uma proposta de intervenção por meio de oficinas lúdicas, e não uma intervenção clínica, em parceria com uma instituição de acolhimento situada no município de Santos. O projeto teve início em agosto de 2011 e permanece em atividade.

O projeto conta com a participação de estudantes dos cursos de fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, nutrição e serviço social, partindo do princípio que o brincar é uma área interdisciplinar, assim como o desenvolvimento infantil.

Especificamente em relação à intervenção com bebês propusemos que os estudantes pudessem oferecer uma oficina lúdica por semana, a partir de um processo prévio de análise da instituição, rotina dos bebês e da fase do desenvolvimento em que estavam.

A partir desse diagnóstico situacional, previmos um cronograma de atividades que contemplasse as reais necessidades dos bebês. Não nos dispúnhamos ao atendimento clínico dos bebês, mas, sim, que os estudantes pudessem aprimorar seu olhar e atenção em relação ao desenvolvimento infantil, à importância do brincar nessa fase da vida e o contexto institucional e suas repercussões na vida e no processo de desenvolvimento dos bebês.

A casa de acolhimento está localizada em uma região da cidade de Santos conhecida pelo alto índice de vulnerabilidade social e caracteriza-se por ser um local

heterogêneo que recebeu enorme contingente populacional advindo do movimento migratório que ocorreu no país nos últimos 50 anos. Afastada da orla da praia, a região possui aproximadamente 12 Km² de área e que reúne uma população de mais de 120 mil habitantes distribuídos em 12 bairros. Nessa região, um número significativo de pessoas vive em situação de risco e vulnerabilidade social e de saúde, sendo que a maior parte dos moradores habita moradias precárias como as palafitas construídas sobre o Rio Bugre, sem acesso a saneamento e infraestrutura básica. Histórias de violência doméstica, abusos e drogas no mundo da infância configuram um panorama preocupante nesse território.

Segundo dados obtidos por meio do documento Índice de Inclusão e Exclusão Social por Setor Censitário (2006), a região aparece com médio e alto índice de exclusão, quando se avalia os níveis de escolaridade de chefes de família, autonomia de renda e equidade. Neste item especificamente, o relatório aponta que entre os chefes de família há um grande número de mulheres e analfabetos.

A instituição de acolhimento atende crianças de zero a 18 anos de idade encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude, vítimas de violência doméstica, abandono e/ou negligência. A instituição divide as crianças por grupos de faixa etária. Assim, fica para os bebês de zero a dois anos o andar de cima da casa, permanecendo separados das demais crianças. Eles são cuidados por duas educadoras por turno.

A rotatividade dos bebês é grande. Chegam e vão embora com mais frequência do que as crianças maiores, pois muitos são colocados para adoção. Alguns bebês chegam à casa de acolhimento com dias de vida, vindos da maternidade. São filhos de mães usuárias de crack ou outras substâncias psicoativas. Algumas histórias de vida das crianças mostram que as mães mantinham o uso dessas substâncias durante o período gestacional, colocando a saúde física do bebê em risco. Outros bebês chegam acompanhados de irmãos mais velhos, por decisão judicial, e permanecem na casa até a decisão sobre seu retorno ao ambiente familiar ou até serem colocados para adoção.

Na casa os bebês, crianças e adolescentes têm todo o cuidado em relação à saúde e educação. Exceto os bebês, todos estão inseridos em escolas da região, participam de atividades extracurriculares e são acompanhados para tratamentos e consultas quando há necessidade.

Para realizar as oficinas os alunos extensionistas foram divididos em duplas ou trios fixos para garantir a continuidade da presença e estabelecimento de vínculo com os bebês e as crianças, cientes da sua alta rotatividade na instituição.

A partir dos resultados obtidos com a realização das oficinas observamos duas dimensões a serem discutidas: o ambiente encontrado e sua relação no cuidado, como também o brincar e sua ação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentar os resultados encontrados e discutir as ações propostas optou-se por dividi-los em duas dimensões: o ambiente encontrado e sua relação no cuidado, assim como o brincar e sua ação.

O ambiente encontrado e sua relação no cuidado

A partir do diagnóstico situacional elementos fundamentais foram explicitados para que pudéssemos pensar na intervenção mais adequada. Na casa os bebês são cuidados

por duas educadoras fixas. Os cuidados, dependendo da faixa etária, compõem-se de prover alimentação, higiene e vestuário. Os bebês são assistidos em suas necessidades básicas e estão sempre alimentados e higienizados.

Em relação ao ambiente físico há um grande quarto, no qual estão dispostos berços e local para trocador e banho. Ao lado há um solário, não muito grande, que permite aos bebês espaço para brincar e tomar seu banho de sol filtrado pelo vidro, e no qual estão disponíveis brinquedos.

Foi possível compreender que esta organização prevê, de certa forma, a permanência e constância das mesmas educadoras, privilegiando o vínculo e a identificação com os bebês e suas necessidades, porém os relatos dos extensionistas mostram que, em vários momentos, o número excessivo de bebês compromete o cuidado exercido pelas educadoras. Para atender a grande demanda de necessidades, os cuidados passam a ser feitos de forma rápida e mecânica, comprometendo a atenção individual e a resposta do ambiente às necessidades de cada bebê.

[Daffre \(2012\)](#) refere que o educador não vai substituir os pais, mas, provisoriamente, irá exercer as funções maternas e paternas para as crianças atendidas. Para [Winnicott \(1982\)](#) essa função se chama maternagem e passa a ser exercida por todos os que trabalham na casa e se dá, principalmente, por meio da forma como os cuidados são realizados: o tom de voz, o olhar, a capacidade de estar presente e pensar pelo bebê, de emprestar o próprio corpo para a criança e criar vínculos afetivos.

A função do *holding* precisa ser preservada, porém é preciso também que as educadoras sejam sustentadas em suas funções de cuidar e educar. Para isso, é preciso estar comprometido com o outro, com sua singularidade e particularidade e ser atento às suas necessidades.

O brincar e sua ação

O brincar é considerado importante pelas educadoras, porém ganha papel secundário na rotina da instituição. Se pensarmos que uma das tarefas do ambiente é apresentar o mundo ao bebê por meio de objetos, tal tarefa segue comprometida. Não há tempo suficiente para as educadoras se sentirem disponíveis para essa tarefa.

Nesse sentido foi preciso pensar em uma configuração que privilegiasse o brincar a partir das características singulares dessa faixa etária e das necessidades dos bebês. Para isso os extensionistas entraram em contato com as histórias de vida e com o repertório lúdico de cada bebê. A partir daí começaram a desenvolver oficinas lúdicas cujas atividades permitiam aos bebês explorar e sentir o próprio corpo, o corpo do outro e o espaço. Atividades com músicas, sons diversos, texturas diferentes, movimentos corporais e contação de histórias diversificadas foram desenvolvidas.

Um breve relato dos extensionistas mostra-nos como as atividades foram desenvolvidas:

Fizemos a oficina “caixa surpresa”. Colocamos em uma caixa de papelão vários objetos, como: bexigas, esponja, algodão, pena, lã, chocalho feito com lata e arroz e outro de garrafa e feijão, papel de ovo de páscoa e ursinho de pelúcia. Ficamos brincando com J. e H. No início ficamos brincando com os objetos do próprio local e a bola suíça. Cantamos e os bebês estão nos acompanhando com palmas, imitando gestos e dançando. O H. aprendeu agora a bater palma e tudo o que ele conseguia fazer, comemorava com palmas e sons e o J. entrou no embal dele também. Esse está começando a imitar tudo

o que fazemos. Quando batemos umas panelinhas uma contra a outra e depois do chão, ele imitou a sequência, quando as colocamos próximo a boca e fizemos sons ocos, ele repetiu o gesto.

Para além das brincadeiras com os bebês foi preciso pensar como trazer as educadoras para esse espaço compartilhado de brincar. Apesar de elas compreenderem a importância do brincar no desenvolvimento infantil, as urgências do dia a dia colocavam essa atividade e a função de prover o brincar em segundo plano. Não tínhamos como tirá-las do trabalho e pensar em uma formação, por isso investimos na formação no trabalho. Isto se deu com articulação entre os extensionistas e as educadoras, em pensar atividades para as oficinas de forma compartilhada.

A cada 15 dias havia um encontro entre as cuidadoras e os extensionistas para discutirem sobre os bebês, as atividades que foram desenvolvidas e o planejamento das próximas atividades.

O primeiro encontro com as educadoras que cuidavam dos bebês e os extensionistas foi mediado pela assistente social da instituição.

Foi uma conversa bastante interessante e foi a primeira vez que as cuidadoras pararam para nos ouvir e para serem ouvidas. Disseram que estavam contentes com o trabalho, concordavam com o cronograma, percebiam a mudança de comportamento em algumas crianças, destacaram o J., que se desenvolveu rapidamente, mas falaram que a preocupação maior era o H. Conversamos sobre ele, que ele estava brincando a cada dia mais conosco, apresentava mais respostas nas situações e que o que nos chamava a atenção era a fala. F. também concordou com o cronograma e sugeriu que levássemos mais as crianças para a pracinha ou no Horto, para realizarem as atividades já programadas, porque ela achava bom as crianças saírem um pouco.

O resultado desse trabalho começou a tomar forma a partir das demandas que as educadoras traziam. No encontro com os extensionistas, toda semana, relatavam questões sobre cada criança: adocimento, dificuldade para iniciar a marcha, tristeza de alguns, agressividade de outros, e sugeriam atividades lúdicas relacionadas às necessidades de cada bebê: trabalhar com músicas, histórias, cantigas, e outras atividades.

Esse movimento das educadoras foi algo marcante na rotina com os bebês, modificando a atenção e o cuidado para o brincar realizado por eles.

A importância e a relevância do brincar na estruturação subjetiva do indivíduo apontam para os riscos e consequências que a falta da possibilidade do brincar pode provocar no desenvolvimento saudável da criança. O brincar constitui-se em um sistema que integra a vida social das crianças e faz parte do patrimônio lúdico-cultural, traduzindo valores, costumes, formas de pensamento e ensinamentos. A ação fundamental a ser empreendida é a de resgatar o espaço da brincadeira na vida das crianças ([JURDI; PANCIERA; ALMADA, 2014](#)).

Educadoras sociais/cuidadoras são profissionais que cuidam física e emocionalmente das crianças em acolhimento institucional, sendo as responsáveis pelos cuidados diários de alimentação, higiene, bem como pelo afeto e pela ludicidade inerente a essa fase do desenvolvimento. O papel dessas profissionais ao propiciar o brincar se dá em função do amparo e do apoio exercido por elas tanto na dimensão da presença, em estar junto, quanto na dimensão da sustentação física por meio da garantia da regularidade do ambiente ([JURDI; SCRIDELLI, 2014](#)).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de [Winnicott \(1982\)](#) ter desenvolvido sua teoria a partir da relação mãe-bebê em uma situação idealizada, é possível compreender, a partir do que foi proposto pelo autor, que mesmo na ausência materna, esse bebê poderá ter provisões suficientes para ter seu desenvolvimento saudável.

Para [Tinoco \(2001\)](#) a experiência de abrigamento para crianças envolve perdas, rupturas de laços sociais e familiares. São obrigadas a passar pelo grande desafio de incorporar em sua vida cotidiana outro mundo, outras referências, nem sempre as que ela desejava para si própria. Seu universo familiar é substituído bruscamente pela instituição que a recebe. Para os bebês não é diferente e, aliado ao fato de que tal ruptura familiar acontece em uma fase do desenvolvimento que requer mais atenção, esse grupo populacional precisa estar em destaque na agenda dos profissionais que atuam com o acolhimento institucional.

O cumprimento às determinações do ECA coloca para os abrigos a necessidade de profissionalização da atenção por eles oferecida, substituindo a prática da caridade, que tem por objetivo a manutenção da sobrevivência, por uma prática de caráter efetivamente protetor. Para [Galheigo \(2003\)](#) os abrigos devem ser, além de espaços de acolhimento e cuidado que substitua a família, um espaço que promova a construção de laços afetivos e a elaboração das situações de sofrimento psíquico, que vislumbre a possibilidade de uma vida plena e saudável.

Há, ainda, a necessidade de se pensar em uma política de recursos humanos que preveja uma contratação criteriosa, a formação de cuidadores, educadores e técnicos e a construção de projetos com ações programáticas delineadas. Com essa mudança, os profissionais que se veem envolvidos em trabalhos nos abrigos procurarão compreender seu papel no novo cenário político, participando da construção coletiva de um projeto de acolhimento à infância, de caráter interdisciplinar, em que profissionais de diferentes formações possam contribuir para a elaboração de um projeto de atenção que contemple ações territoriais, institucionais, familiares, grupais e individuais.

SUBMETIDO EM 29 jun. 2016

ACEITO EM 19 jan. 2017

REFERÊNCIAS

[BRASIL](#). Ministério da Saúde. Ministério da Criança/Projeto Minha Gente. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 1991.

[BRASIL](#). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, 2006.

[BRASIL](#). Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, DF, 2009.

[CAÇOLA, P. M. et al.](#) The new affordances in the home environment for motor development – infant scale (AHEMD-IS): versions in english and portuguese languages. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, São Carlos, v. 19, n. 6, p. 507-525, 2015.

DAFFRE, S. G. A. **Realidade dos abrigos: descaso ou prioridade.** São Paulo: Zagadoni, 2012.

GALHEIGO, S. M. O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 85-94, 2003.

JURDI, A. P. S. **A ética do cuidado e do encontro:** a possibilidade de construir novas formas de existência a partir de uma brinquedoteca comunitária. 2009. Tese (Doutorado)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

JURDI, A. P. S.; SCRIDELLI, C. A ludicidade presente na vida dos educadores sociais: reflexos no trabalho com crianças abrigadas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 22, n.3, p. 551-560, 2014.

JURDI, A. P. S. et al. Oficinas lúdicas: favorecendo espaços de encontro para crianças abrigadas. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 62-71, 2014.

LIMA, et al. O bebê e a mãe: qualidade do vínculo e o desenvolvimento nos primeiros seis meses de vida. In: PINTO, R. F.; OLIVEIRA, A. I. A. (Org.). **Pesquisas em desenvolvimento infantil.** Belém: Conhecimento & Ciência, 2008.

MOURA, G. G.; AMORIM, K. S. A (In)Visibilidade dos bebês na discussão sobre acolhimento institucional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 235-245, 2013.

NOGUEIRA, F. (Org.). **Entre o singular e o coletivo:** o acolhimento de bebês em abrigo. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Olhando a Pessoa e seus Outros, de perto, de longe, no antes, aqui e depois. In: COLINVAUX, D.; LEITE, L. B.; DALBOSCO, D. D. A. (Org.). **Psicologia do desenvolvimento:** reflexões e práticas atuais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

TECKLIN, J. S. **Fisioterapia pediátrica.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TINOCO, V. **O luto de crianças institucionalizadas em casas de abrigo.** [S.l.: s.n.], [2001]. Disponível em: <http://caf.org.br/paginas/biblioteca/texto_valeria_tinoco.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

WINNICOTT, D. W. **Natureza humana.** Rio de Janeiro: Imago, 1990.